

Memória, mobilidade e complexidade: consideração pela história local

Jonathas Magalhães Pereira da Silva

Arquiteto e urbanista, professor doutor do PosUrb da PUC-Campinas, PUC-Campinas, Rod. Dom Pedro I, s/n, Km 136, Parque das Universidades, Campinas, SP, CEP 13086-900, (11) 3284-6016 e (11) 9 9154-5104, jonathas.silva@puc-campinas.edu.br

Claudio Manetti

Arquiteto e urbanista, professor da Universidade Anhembi Morumbi, Universidade Anhembi Morumbi, Campus Morumbi, Av. Roque Petroni Jr., 630, Morumbi, CEP 04707-000, São Paulo, SP, claudiomanetti@uol.com.br

Resumo

O presente artigo é fruto da reflexão de experiências profissionais de projetos de intervenções urbanísticas em territórios onde o estado não estava presente nem na gênese da ocupação nem no processo de consolidação urbana. O artigo objetiva explicitar a necessidade de o interesse público estar presente no território. O método de análise das experiências empíricas acaba por levantar questões que o artigo traz para fomentar o debate com os leitores.

Palavras-chave: urbanização de favelas, projeto urbano, ocupação territorial.

O presente artigo objetiva explicitar a necessidade do interesse público estar presente nas ocupações territoriais, assim como refletir sobre a importância de identificar a estrutura de mobilidade de um território construído a partir dos interesses individuais sem a moderação do interesse público. O texto discute ainda a relevância na consideração da estrutura de mobilidade para a construção da argumentação de intervenção urbanística e procura explicitar métodos adotados na prática profissional, para revelar as memórias do lugar e a aparente complexidade espacial desses territórios. Finalmente, busca-se provocar uma reflexão quanto à compreensão das lógicas e estratégias de permanência na cidade, que dependem da investigação de diferentes escalas.

O texto se estrutura em quatro partes: inicia pela presente introdução, buscando uma síntese das razões dos conflitos e contradições que passamos a analisar. Declarados os objetivos, o texto passa a apresentar e discutir os padrões urbanísticos dos

espaços coletivos¹ de áreas inseridas em diferentes contextos: vila de pescadores que se transformou em estância de veraneio e as favelas cariocas. Busca-se a quebra de preconceitos relacionados aos padrões urbanísticos encontrados nas favelas cariocas e refletir quanto ao resultado obtido em função da ausência do Estado no processo de ocupação. Cabe destacar que apesar das semelhanças físico-espaciais encontradas é necessário salientar que os processos de constituição dos espaços analisados, no que se refere ao acesso ao solo urbano, são bastante distintos. Na terceira parte do texto apresentam-se os métodos utilizados, em diferentes projetos², para resgatar a memória do lugar e perceber a estrutura de mobilidade existente. Coloca-se para debate o grau de relevância da estrutura de mobilidade existente e sua importância na construção dos argumentos das intervenções urbanísticas e paisagísticas. Por fim apresentam-se posturas investigativas frente às diferentes escalas relacionando-as com as respectivas abordagens específicas.

¹ O texto adota o termo “espaço coletivo” pois as áreas aqui tratadas têm diferentes situações fundiárias. Os espaços de circulação e lazer nem sempre são de propriedade pública mas são de apropriação pública e, portanto, de uso coletivo.

² Projetos analisados: SILVA, Jonathas M. P. . *Análise sobre a Transformação da Paisagem da Vila de Picinguaba*. 2007. (Trabalho inserido em um plano para a vila coordenado pela Profa. Dra. Maria de Lourdes Zuquim - FAUUSP). SILVA, Jonathas M. P. ; TOLEDO, L. C. ; RIBEIRO, M. ; INOUE, M. T. ; TANGARI, V. R. . *FAVELA BAIRRO - Comunidade Cantagalo*. 2002-2003. SILVA, Jonathas M. P. ; TOLEDO, L. C. ; INOUE, M. T. ; RIBEIRO, M. ; TANGARI, V. R. . *FAVELA BAIRRO - ... continua próxima página*

...continuação da nota 2 ...

Comunicação Pavão-Pavão-zinho. 2002-2003. SILVA, Jonathas M. P.; TOLEDO, L. C.; et al. Plano Sócio Espacial do Bairro da Rocinha, Rio de Janeiro / RJ. 2007-2009. SILVA, Jonathas M. P.; MARNETTI, C.; TOLEDO, L. C.; TANGARI, V. R.; FLOREZ, R. G. . Elaboração de Diretrizes de Uso e Ocupação para 11 Municípios da Região Serrana do Espírito Santo - Capacitação das Comissões dos Planos Diretores Municipais. 2005-2006.

Cabe destacar que o produto físico-espacial, que constitui objeto de reflexão do presente artigo, é resultante de um processo de urbanização precária baseado na exclusão e na propriedade privada. Esse mesmo processo gera diferentes tecidos na cidade: os condomínios fechados, as favelas, as vacâncias das áreas centrais etc. Esses produtos não são frutos exclusivos da concentração de renda ou da falta de investimento público. O espaço urbano é resultante de um processo de segregação segundo o qual o direito à cidade é garantido apenas para uma parcela da população. Nas cidades brasileiras encontra-se a irregular figura do “condomínio fechado” em solo não urbanizado (SAULE, 2008), assim como se observa a chamada “favela”, que em alguns casos já passou por um processo de regularização fundiária, mas que, entretanto, ainda carece de uma regularização urbanística. Tratamos aqui de um objeto bastante contraditório: o solo urbano e a forma do espaço público resultante do processo de urbanização (RIBEIRO, 1997).

A falta de acesso à cidade urbanizada passa por uma lógica fundiária pela qual o solo, transformado em mercadoria, tem seu valor condicionado a máxima capacidade de pagamento de quem o quer adquirir (SMOLKA, 2006). Diferentes percepções sociais vão influir no valor do solo e condicionar sua ocupação. Diversos agentes vão buscar legitimar essa mercadoria para transformá-la em capital reprodutível. Disputas de divergentes grupos sociais irão resultar em legislações urbanísticas e ambientais que também irão condicionar acessos e induzir o valor do solo. (MORALES-SCHECHINGER, 2007) O acesso aos mecanismos políticos fundiários, que estabelecem onde e quando os investimentos públicos irão transformar uma porção de terra em solo urbanizado, determina a capacidade de ganho e acesso à cidade (MALDONADO, 2007). Portanto a discussão relativa ao “direito à cidade”, se deixada às rédeas do mercado, está intrinsicamente ligada ao processo de precificação do solo urbano.

Dessa forma os grupos sociais que não se encontram incluídos na economia de mercado serão objeto de exclusão à cidade. Grande parcela da massa trabalhadora possui capacidade de pagamento insuficiente frente às ofertas e interesses do mercado imobiliário urbano. Isso ocorre, em parte, por não haver, na composição da renda familiar, a consideração de uma fração que cubra os custos de

moradia urbana. Os salários dos trabalhadores são compostos sem considerar as condições de vida nas cidades (SINGER, 1979). Como alternativa encontra-se, fora do mercado formal, possibilidade de aquisição de solo não urbanizado ou, frequentemente, de solo não urbanizável segundo as legislações urbanas e ambientais (ALFONSIN, 2008). Em outras palavras o custo do solo não urbanizado é mais compatível com a limitada capacidade de pagamento da enorme parcela da população que sobrevive com renda familiar abaixo dos três salários mínimos.

Portanto o processo de ocupação urbana resulta na exclusão de grande parte da população à cidade urbanizada e construída pelo mercado, uma vez que: a) a lógica de mercado define o valor do solo frente à capacidade de pagamento; b) a concentração de renda permite uma sobra de recursos econômicos nas mãos de poucos; c) a cultura patrimonialista garante o direito à propriedade; d) os ganhos imobiliários são estáveis e independem de qualquer investimento do proprietário; e) não existem custos para o proprietário na manutenção de vazios à espera da valorização do solo.

O estabelecimento do princípio da função social da propriedade instrumentalizado pela Lei Federal nº 10.257, de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade, procurou provocar o deslocamento dessa realidade ao definir instrumentos urbanísticos que visam a interferir na lógica de mercado, procurando recuperar, para a sociedade, parte dos ganhos vindos da valorização do solo (SILVA, 2008). Entretanto esse esforço até o momento (2013) pouco alterou a dinâmica de ocupação do solo urbano. Apesar de a função social da propriedade e do direito à cidade serem amplamente estudados e debatidos, esses temas ainda são pouco evidenciados na construção de políticas públicas ou nos processos jurídicos que se debruçam sobre a justiça urbana e ambiental (FERNANDES, 2006).

Em paralelo ao processo de discussão de como intervir na lógica de mercado, muitas experiências na urbanização e reurbanização de áreas consolidadas, desenvolvidas principalmente a partir da nova constituição de 1988, foram construindo métodos e procedimentos de levantamento, análise e desenvolvimento de projetos de urbanização de áreas ocupadas pela população não atendida pelo mercado (CARDOSO, 2007). Esse processo gera

resultados bastante contraditórios. Cabe considerar que a pequena oferta de habitação, para as faixas de renda entre 0 e 3 salários mínimos, fica restrita a setores de baixa acessibilidade e alto custo de transporte (CARDOSO, 2011). Esse fato reafirma a necessidade de permanência da população de favelas que se localizam em áreas de alta acessibilidade. Portanto o entendimento da questão da habitação precária passa pela análise de diferentes escalas ou, em outras palavras, da inserção da moradia no bairro, na cidade e na região. A compreensão das lógicas e estratégias de permanência na cidade depende da investigação dessas escalas.

Os programas públicos de regularização fundiária e urbanística carregam invariavelmente uma visão da cidade formal, construída pelo mercado, sendo que seu objetivo em muitos dos casos é a reprodução desse modelo de cidade que se manifesta por meio de padrões urbanísticos impostos a tais áreas. A dificuldade está em reconhecer o lugar como formado por padrões de urbanização bastante distintos, mas que, no entanto, não são necessariamente entraves para garantir infraestrutura e serviços urbanos.

Complexidade espacial e a mobilidade de seus moradores

O presente artigo trabalha com aspectos do processo de urbanização precária e seus produtos resultantes. Procura identificar o método pelo qual, em diferentes experiências profissionais, se buscou revelar a memória do lugar por meio do entendimento da mobilidade existente. Entendida a estrutura espacial socialmente construída, acredita-se desvendar uma faceta da complexidade socioespacial que se está analisando. Portanto produto e processo são aqui indissociáveis.

Memória do lugar e mobilidade de seus moradores revelam aspectos da complexidade espacial. Ao intervir nesses espaços, que tiveram origem fora do mercado formal, pergunta-se: como adequar ou se apropriar dos padrões urbanísticos ali existentes? Como identificar a estrutura que atende a mobilidade local? Como considerar os valores socialmente construídos? Como qualificar o lugar considerando a estrutura de mobilidade existente e padrões urbanísticos convenientes ao local?

Certamente a solução dos conflitos apontados não está na construção de um receituário que venha a responder as questões levantadas. O objetivo do presente artigo é estabelecer um diálogo com diferentes experiências profissionais que tiveram como meta de intervenção habitacional partir da estrutura de mobilidade e dos padrões urbanísticos existentes.

Padrões urbanísticos dos espaços coletivos urbanos

Para compreender os argumentos que serão construídos é necessário, antes de prosseguir, promover a quebra de preconceitos do leitor. Buscando provocar rompimento e lançar questionamentos, o artigo apresenta uma análise comparativa entre diferentes áreas de morro que foram objeto de urbanização precária. Enquanto uma é identificada como favelas (Favela da Rocinha, Pavão-Pavãozinho e Cantagalo) localizadas na Cidade do Rio de Janeiro, a outra encontra-se em Picinguaba (município de Ubatuba - SP), antiga comunidade pesqueira e atual lugar de veraneio resultante da pressão turística que a metrópole paulista exerce sobre o litoral norte de São Paulo. Ao comparar os dois recortes territoriais, identificam-se produtos físicos-espaciais bastante similares, assim como processos que se debruçam sobre premissas comuns. Se, por um lado, ficam evidentes as diferenças entre os padrões edílios das duas áreas, por outro lado ficam também patentes as semelhanças dos padrões urbanísticos encontrados nos espaços “coletivos” ou “públicos”. A análise incomoda ao indicar que a falta de recursos, apesar de condicionar certas soluções, não é suficiente para explicar nem o produto nem os padrões urbanísticos incorporados pelo processo de urbanização precária.

Ao analisar recortes territoriais – Picinguaba e Favelas Cariocas – inseridos em diferentes dinâmicas busca-se romper o preconceito que toma o espaço coletivo da favela como sendo fruto exclusivo da falta de recurso. Busca-se construir um entendimento dos valores individuais e coletivos que resultaram na ocupação precária do território. Cabe destacar que, no caso de Picinguaba, o padrão urbanístico aqui apresentado só surgiu com as ocupações destinadas a veraneio. Como será apresentado, a vila de Picinguaba, quando ainda guardava sua característica de vila de pescadores, tinha um padrão de ocupação bastante diverso, no qual a demarcação da propriedade não estava tão presente.

Apesar das semelhanças físico-espaciais encontradas, é necessário ter presente que os mecanismos referentes ao acesso ao solo são bastante distintos. O objetivo do presente artigo é relevar as semelhanças físico-espaciais de espaços coletivos gerados por processos distintos. Tanto a vila pesqueira quanto as favelas são fruto de ocupação informal, entretanto se encontram em contextos completamente diferentes do ponto de vista de exclusão econômica, social e cultural. Os espaços resultantes desses dois processos se mostravam distintos, entretanto quando a vila pesqueira se transforma em objeto de interesse de veraneio, por parte de uma camada da população de maior renda, o espaço coletivo resultante guarda uma série de características semelhantes às das favelas, apesar de serem distintos os mecanismos de acesso ao solo, os processos de transformação territorial e contextos socioeconômicos e culturais.

Acredita-se que a compreensão desses valores, historicamente construídos, possa desvendar caminhos para a intervenção urbanística e paisagística. Combate-se dessa forma a postura equivocada de projetos de intervenção, desenvolvidos para territórios de urbanização precária, que se apoiam na importação de ideias da cidade do mercado ou na pretensa criação de uma suposta “beleza”, que pode, inclusive, não ser compartilhada ou reconhecida pelos diferentes grupos sociais que ali habitam. Busca-se aqui a construção de um caminho alternativo em que a aparente complexidade físico-espacial das áreas analisadas é parcialmente revelada ao perceber os entraves e potencialidades da mobilidade existente por meio do diálogo com os moradores. As mobilidades guardam memórias que necessitam ser apreendidas.

A seguir o texto apresenta os padrões edilícios e urbanísticos das favelas e da vila pesqueira revelando contrastes e similaridades.

A imagem das edificações na favela de Cantagalo (Figura 1) nos releva os diferentes graus de consolidação e acabamento de edificações encontradas em uma mesma favela. Normalmente ao se analisar uma área ocupada de forma irregular é possível identificar diferentes graus de precariedade edilícia nessa mesma área. O mesmo ocorre em Picinguaba, onde as casas de veraneio contrastam com as casas de pescadores que ainda vivem na vila.

Em termos morfológicos, a grande diferença é a imediata passagem, identificada nas favelas, entre a área particular e área coletiva, que contrasta com o edifício solto no lote privado, padrão encontrado nas ocupações de Picinguaba. Cabe alertar, entretanto, que sempre é possível encontrar exceções para ambos os casos. O presente trabalho lida com os padrões mais presentes nas áreas analisadas.

Apesar da diversidade de situações, não há como negar que a precariedade do espaço particular (edifícios) é predominante nas favelas, enquanto, em Picinguaba, o espaço particular (edifício e espaço livre de edificação intralote) está bastante bem projetado e construído, podendo inclusive almejar um discurso de “sustentabilidade”.

Entretanto ao se analisar o espaço coletivo das duas áreas não são percebidas grandes diferenças na qualificação dos espaços de passagem ou na implantação das infraestruturas urbanas.

Nas duas imagens (Figura 2) percebemos configurações espaciais semelhantes: ambas são muradas, estreitas, não possuem janelas ou acessos, são mal iluminadas e com pavimentos impermeabilizados. Na Rocinha os muros surgem de territórios marcados por familiares que se agrupam em células. Em Picinguaba os muros surgem quando o proprietário passa a se preocupar em delimitar o solo que lhe pertence. Quando a vila de Picinguaba era uma colônia de pescadores, esse elemento morfológico – o muro – não existia, as “propriedades” eram contínuas, sendo que o acesso era feito pela propriedade lindeira. Quando o solo passa a ser uma mercadoria, surgem as servidões “prensadas” entre os lotes. Tanto na Rocinha como em Picinguaba a servidão murada é pactuada ou é motivo de conflitos de moradores.

Apesar de o padrão de acabamento edilício ser diferente, quando comparamos a favela de Pavão-Pavãozinho com a “estância turística” de Picinguaba (Figura 3), o tipo morfológico é o mesmo, o que diferencia as duas áreas é a densidade e suas consequências. Cabe destacar que ambas as edificações são irregulares, entretanto, a de Picinguaba passa grande parte dos dias sem uso, por ser casa de veraneio.

Se os padrões edilícios são diferentes, ao compararmos Rocinha com Picinguaba (Figura 4), os padrões



Figura 1: (topo da página) Favela de Cantagalo (figura da esquerda), Picinguaba (figura da direita). Fonte: Autores.

Figura 2: Favela da Rocinha (esquerda), Picinguaba (direita). Fonte: Autores.

Figura 3: Favela de Pavão-Pavãozinho (esquerda), Picinguaba (direita). Fonte: Autores.

Figura 4: Favela da Rocinha (esquerda), Picinguaba (direita). Fonte: Autores.



urbanísticos e de infraestrutura urbana são bastante similares: a) as vias e escadarias antecederam a chegada da infraestrutura; b) as ações de qualificação do espaço coletivo caracterizam-se pelo baixo investimento, feito de forma precária e paliativa, tentando atender minimamente a demanda; c) as soluções implantadas são inacabadas, sendo que, no caso da drenagem, apenas deslocam o problema para as áreas mais baixas; d) as escadarias são irregulares, improvisadas, feitas pelo acúmulo das iniciativas individuais; e) poucas aberturas são voltadas para a passagem coletiva e o espaço particular se volta para si mesmo.

As soluções de infraestrutura urbana são precárias e bastante semelhantes nos dois casos estudados – Rocinha e Picinguaba (Figura 5). A adução é feita na maioria das vezes de forma individual, sendo que em alguns casos a solução é coletiva, atendendo pequenos grupos. Cabe destacar que quando Picinguaba era uma vila pesqueira e, portanto, não tinha com o solo a relação de mercadoria, as soluções de adução eram coletivas e ocupavam as áreas necessárias para atender toda a vila.

Não se tem a intenção de idealizar a vida da comunidade pesqueira, que certamente tinha seus conflitos na ocupação do território. Nem de valorizar o espaço exíguo das favelas cariocas. O que se pretende aqui é construir a argumentação de que as relações sociais e espaciais se transformam quando o solo passa a ser mercadoria. As favelas surgem pela falta de acesso ao solo urbano e a vila pesqueira, ao ser ocupada como “segunda residência”, vê a

necessidade de delimitar de forma precisa o espaço visto como público e privado.

Métodos: análise e proposta de intervenção

Identificação da estrutura espacial

Por meio da exemplificação de estudos desenvolvidos, apresentam-se para reflexão, os métodos de reconhecimento das estruturas de mobilidade das áreas estudadas. Percebidas as estruturas físico-espaciais e de mobilidade existentes é possível, no desenvolvimento de projetos de intervenção, reforçá-las ou rompê-las. Dessa forma, ou somam-se esforços a valores historicamente construídos pelo lugar ou rompem-se com os valores até então estabelecidos. A compreensão da lógica de ocupação encontrada desde a gênese do lugar, estabelece novas relações e significados, que podem indicar ações que venham romper ou reforçar tendências. Os argumentos do presente texto se apoiam em experiências empíricas que passam a ser apresentadas.

A análise empírica de estudos de casos possibilita compreender como o resgate da memória do lugar e a busca por melhorar a mobilidade podem revelar faces dessa complexidade urbana. A seguir são apresentadas três áreas que guardam a semelhança de serem todas ocupações de morros. Entretanto distinguem-se pela inserção urbana e regional ou pelas características geomorfológicas e geotécnicas.

Figura 5: Favela da Rocinha (esquerda). Picinguaba (direita). Fonte: Autores.



Inicialmente analisamos a vila de Picinguaba, apresentando sua caracterização quanto à inserção regional e à transformação da estrutura de mobilidade quando a vila passa a ser objeto de pressão turística. Passamos em seguida às favelas cariocas de Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, apesar de estarem sob a mesma inserção urbana e regional se distinguem por conta das características geomorfológicas e geotécnicas, apresentando diferentes estruturas de mobilidade.

Vila de Picinguaba

³ O Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – Projeto Orla, surge da ação no âmbito do Governo Federal, conduzida pelo Ministério do Meio Ambiente, por meio de sua Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos, e pela Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, buscando contribuir, em escala nacional, para a aplicação de diretrizes gerais de disciplinamento de uso e ocupação de um espaço que constitui a sustentação natural e econômica da zona costeira, a Orla Marítima.

Sobre a caracterização regional cabe salientar o fato de a Vila de Picinguaba estar próxima de dois grandes centros metropolitanos do país – Rio de Janeiro e São Paulo, o que torna esses espaços alvos do processo de interesse imobiliário. Em meados da década de 1980, esse processo na faixa litorânea promoveu a degradação ambiental, econômica, social e cultural, constituindo-se em um fenômeno intenso de rápidas transformações espaciais.

As populações tradicionais que ocupavam essa região foram diretamente impactadas por esse processo. As poucas famílias que permaneceram na região se transferiram, na maioria dos casos, para áreas de difícil acesso onde o interesse imobiliário voltado para o turismo não exerceu forte pressão. Esse é o caso da população pesqueira da Vila de Picinguaba que, durante muito tempo, ficou isolada da via principal

de ligação, a Rodovia Rio-Santos. Ao mesmo tempo a configuração de seu território não era atrativa para implantação de grandes loteamentos por apresentar um relevo muito acidentado.

Das características geomorfológicas cabe destacar que o Município de Ubatuba está localizado no trecho intitulado por “Litoral das Escarpas”. Esse domínio se estende do Estado do Rio de Janeiro às imediações do Estado de Santa Catarina e compreende as serras da Mantiqueira e do Mar que, conforme suas reentrâncias, configuram planícies extensas ou confinadas em pequenos arcos limitados por costões rochosos que originam pequenas ilhas. Podem ser percebidas, dentro dessa extensa região, quatro formações facilmente identificadas por suas características ambientais e paisagísticas. Ubatuba se localiza no denominado “Trecho das Escarpas” que se estende do Rio de Janeiro até a região de Peruíbe.

A conformação territorial e o processo de ocupação da Vila de Picinguaba, caracteriza a área como “orla semi-abrigada em processo de urbanização de Classe B”, denominação utilizadas pelo Projeto Orla³, cujas características principais compreendem:

Orla semi-rústica contendo áreas em processo de regeneração, com áreas transformadas e situações urbanísticas de pequeno porte configurando manchas e corredores, de caráter habitacional e turístico em área

Figura 6: Orla do município de Ubatuba. Fonte: imagem retirada do Google Earth e trabalhada pelos autores.

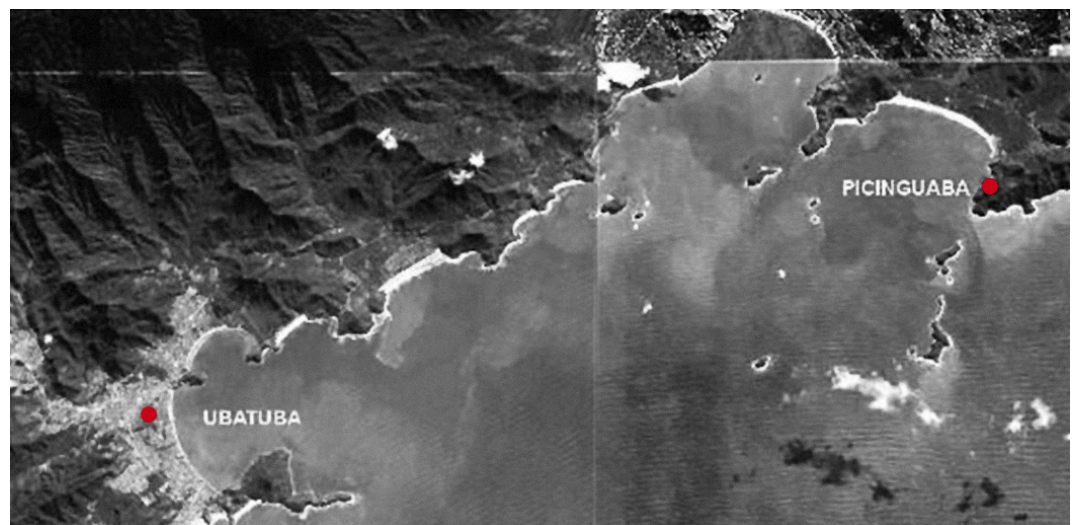




Figura 7: Estrutura de Picin-guaba: acessos em vermelho e sistema hídrico em azul. Fonte: Autores.

de relevo acidentado com ocupação mista: vegetação nativa + urbanização. Nessa classe a vegetação ocupa mais de 50% da área do setor, seja ela nativa, reflorestada ou em processo de regeneração.

Antes da construção da estrada de ligação existente entre a vila e a estrada Rio-Santos, o acesso à vila era feito por mar ou pelo alto da encosta, ruas A e B, que se encontram hoje consolidadas, com escadarias e caminhos pedonais pavimentados.

O modelo de ocupação se modificou ao longo do tempo no que se refere à sua tipologia arquitetônica e às tradicionais servidões, como já mencionado no presente texto. Com a aquisição de terrenos e construções de novas edificações por turistas (segunda ou terceira residência), as relações de vizinhanças se alteraram, surgindo a tipologia da edificação isolada no meio do “lote” murado ou cercado. Rompeu-se, portanto, a relação anteriormente existente com o solo, que tinha um papel importante no cultivo de subsistência, que era compartilhado entre os moradores. Os dois esquemas a seguir ilustram o padrão da vila pesqueira e o padrão posteriormente adotado na consolidação da vila de uso turístico.

Os muros ou cercamentos circundando o terreno m a ser uma “necessidade” para o turista, na medida em que se preocupa com a segurança de seu patrimônio na sua ausência, enquanto que, para o morador original da vila, os muros são vistos como uma obstrução ao acesso. A presença do muro enfatiza a diferença entre o público e o privado (ou entre o individual e o coletivo) e explicita a falta de qualidade físico-espacial, ambiental e paisagística dos espaços coletivos. Cada ocupação feita por turistas tenta criar um éden intramuros, como se a qualidade do ambiente e da paisagem não dependesse do entorno.

A falta de infraestrutura faz com os moradores tenham que improvisar meios para ter acesso à água, assim como resolverem as questões de esgoto, lixo e drenagem de seus terrenos.

Analisando os aspectos referentes à infraestrutura, o processo se assemelha ao de uma favela, embora se diferencie pelos mecanismos de acesso ao solo, pelas tipologias arquitetônicas, pela baixa densidade e pela presença, até o momento, de uma cobertura vegetal significativa.



Figura 8: Esquema síntese de dois momentos de ocupação de Pinguaba - de cima, vila de pescadores; debaixo, vila de pescadores transformada pelo interesse turístico. Fonte: Autores.

- curva de nível
- caminho principal
- caminhos secundários
- mar
- areia
- cobertura vegetal
- muros (linha branca)
- servidões
- habitação pescadores
- edificações de turistas
- área de cultura de subsistência

Favelas Cariocas

A seguir apresentamos os métodos de análise que possibilitaram a compreensão das estruturas de mobilidade de duas favelas cariocas. Cabe considerar que o contexto regional é bastante diferente de Pinguaba. As ocupações que passaremos a analisar estão localizadas em um dos maiores centros metropolitanos do país. Ambas as áreas estão localizadas na zona sul da cidade, tremendamente valorizadas pelo mercado imobiliário. Ocupam áreas de forte restrições ou impedimentos de ocupação pela legislação urbanística e ambiental, sendo que, por esse motivo, tais áreas não foram objeto de interesse do mercado imobiliário. Na falta de interesse do mercado e na ausência de políticas públicas que possibilitem a inserção da população de baixa renda na cidade, essas áreas foram ocupadas na primeira década do século vinte, sendo, portanto, ocupações centenárias.

Favela de Cantagalo (bairro de Ipanema da Cidade do Rio de Janeiro)

Um breve olhar sobre a favela de Cantagalo da cidade do Rio de Janeiro, localizada entre Ipanema e Copacabana, não permite reconhecer qualquer lógica nessa ocupação histórica, que sobreviveu às levas de remoção de favelas ocorridas no final da década de 1960. Não é possível compreender a estrutura de mobilidade examinando a imagem aérea ou realizando uma rápida visita na área.

As técnicas construtivas estão fortemente ligadas às condicionantes locais. Pelas características geológicas, o processo de ocupação em Cantagalo ocorre por corte, acarretando a instabilidade geotécnica e a umidade nas edificações. Com a verticalização, a dificuldade de acesso à luz natural se intensifica. Uma série de ações públicas é necessária para garantir a estabilidade geotécnica do conjunto.



Figura 9: foto aérea da Favela de Cantagalo. Fonte: Autores.

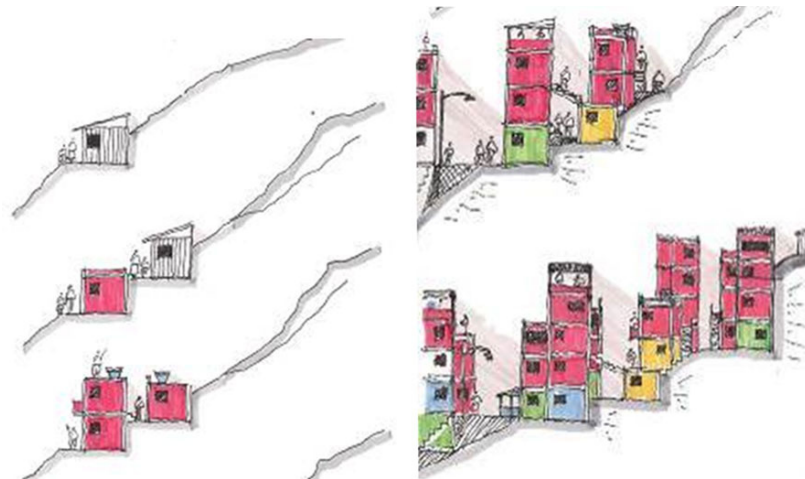


Figura 10: Processo de ocupação: ocorre por corte e aterro na busca de solo plano para a edificação. Inicia com a presença de moradias precárias que, na medida em que a área se consolida, vão se qualificando. Pela dificuldade de corte, o processo de verticalização é bastante presente. Fonte: Autores.

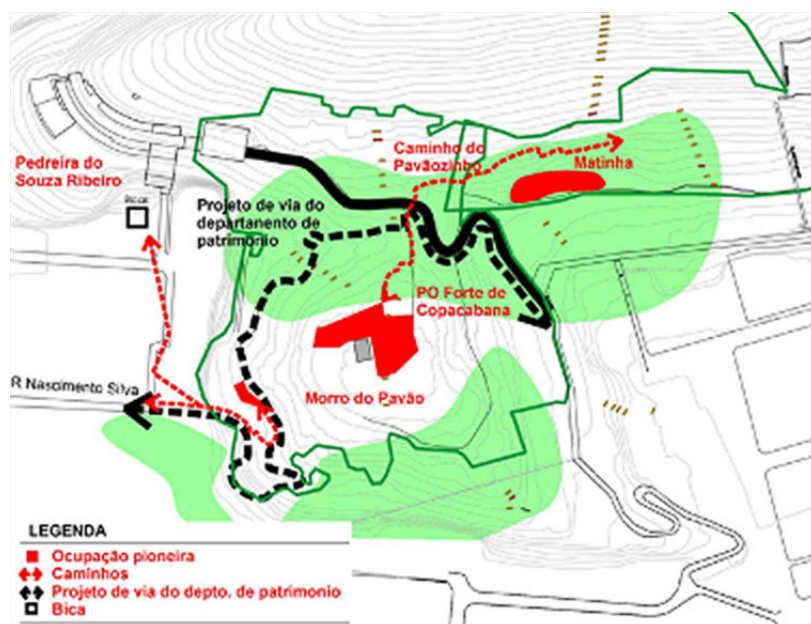


Figura 11: Mapa da reconstituição histórica do processo de ocupação da Favela de Cantagalo. Fonte: Autores.

4 Trabalho realizado pelo consultor arquiteto e urbanista Manoel Ribeiro.

A partir de diálogos⁴ com os moradores antigos da área foi possível: a) reconstituir o histórico de ocupação da área; b) identificar as ocupações pioneiras; c) levantar os caminhos de acesso à cidade formal; d) reconstituir os percursos em busca de água na Bica da Pedreira; e) perceber a convivência entre os militares, do início do século XX, com os ocupante dos casebres de madeira que aos poucos foram se instalando; f) identificar que a estrada de Cantagalo, acesso principal, foi construída por conta do interesse imobiliário de construir um hotel, embargado por estar irregular. Anos mais tarde a edificação abandonada foi ocupada por organizações sociais que atuam até hoje (2012) na comunidade de Cantagalo.

Mesmo sem ter finalizado o levantamento topográfico e cadastral, foi possível identificar, por meio do detalhado levantamento de campo e das diversas entrevistas informais realizadas com moradores, uma estrutura de mobilidade formada por anéis conectados por escadarias que os interligavam (Figura 12).

Essa estrutura de mobilidade possibilitou entender a lógica de ocupação e consequentemente desenvolver o projeto, de modo a reforçar a estrutura existente, isto é, os anéis teriam o acesso em nível e o projeto buscava complementar e desobstruir obstáculos e estreitamentos para a sua consolidação; já as escadarias existentes, que conectavam os anéis, seriam qualificadas de modo a facilitar a mobilidade entre os diferentes anéis existentes.

Favela de Pavão-Pavãozinho (bairro de Copacabana da Cidade do Rio de Janeiro)

A favela de Pavão-Pavãozinho, vizinha à favela de Cantagalo, também foi objeto do mesmo programa de regularização urbanística, entretanto em Pavão-Pavãozinho foi identificado um processo de ocupação e uma estrutura bastante diferente. Com o solo formado por grandes rochas, a alternativa construtiva era estruturar a moradia em pilares. Com a consolidação e verticalização da área, muitos espaços abaixo das edificações se tornam depósitos inacessíveis do lixo carregado pelas águas pluviais, o que gera riscos de saúde além dos riscos geotécnicos (Figura 13).

Utilizando a mesma metodologia aplicada em Cantagalo, em Pavão-Pavãozinho foram identificados: a) os vetores históricos de ocupação; b) a presença de um antigo plano inclinado, não mais existente, capaz de possibilitar o acesso a um cassino que, após seu abandono, induziu a ocupação da área prensada entre o morro e os fundos das edificações que faziam frente com a Avenida Nossa Senhora de Copacabana; c) a constatação de que a consolidação das áreas mais altas só ocorreu após a implantação, na década de 1980, de outro plano inclinado, existente até hoje (2012); d) a confirmação de como a política de não remoção, assumida a partir da década de 1980, foi fundamental para a consolidação da área (Figuras 14 e 15).

A estrutura de mobilidade percebida sugere uma “espinha de peixe”, onde as vias que seguiam a curva de nível eram longas e estruturadas em diferentes patamares conectados por escadarias. Os quatro pontos de parada do plano inclinado, instalado na década de 1980, definiram as quatro principais vias longitudinais. O projeto procurou qualificar a estrutura existente por meio da implantação de escadarias transversais, e da adequação das quatro vias longitudinais consolidadas pelo uso, mas desqualificadas em termos de acessibilidade (Figura 16).

As duas experiências aqui sintetizadas possibilitam compreender a importância de se perceber a estrutura de mobilidade existente. Nos dois casos apresentados a estrutura espacial pode parecer uma obviedade após a sua identificação. Da mesma maneira, para alguns leitores, as diretrizes de intervenção são aparentemente de fácil identificação após o entendimento do processo de ocupação e da estrutura física espacial. Entretanto cabe salientar que, apesar do reconhecimento dos padrões urbanísticos e das características da ocupação, pode-se, ao invés de reforçar a construção histórica do lugar, simplesmente negá-la, por meio da adoção de valores e padrões urbanísticos que não pertencem ao lugar. Alguns, por exemplo, que o acesso do automóvel é quesito necessário para se atender a padrões urbanísticos mínimos. Nesse caso a tentativa de implantar tal padrão iria fazer com que a intervenção desconsiderasse o local, sua estrutura e a mobilidade historicamente construída.

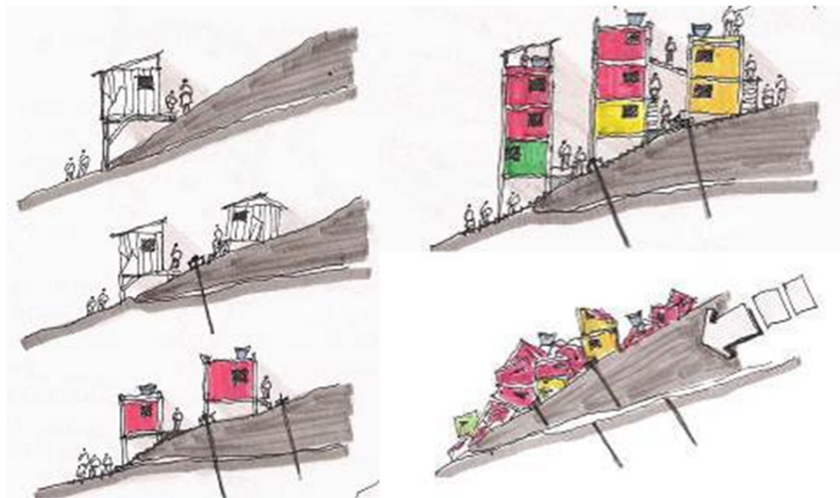


Figura 12: (topo da página) Síntese da estrutura de mobilidade. Fonte: Autores.

Figura 13: Foto aérea da Favela de Pavão-Pavãozinho. Fonte: IPP – Instituto Pereira Passos (figura da esquerda). Foto de moradias em Pavão-Pavãozinho (figura da direita). Fonte: Autores.

Figura 14: Processo de ocupação em Pavão-Pavãozinho onde o morro é constituído de rochas. O risco na ocupação deve-se ao desconhecimento da solidez da rocha onde se constroem as moradias. As contenções geotécnicas visam a evitar escorregamentos. Fonte: Autores.

Figura 15: Mapa da reconstituição histórica do processo de ocupação (favela Pavão-Pavãozinho). Fonte: Autores.

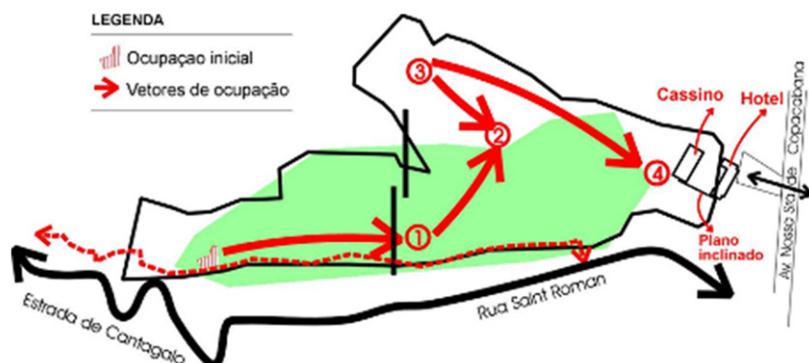




Figura 16: síntese da estrutura de mobilidade. A seta tracejada cinza indica a localização do plano inclinado, que cruza as setas pretas contínuas onde estão localizadas as estações do plano inclinado. Fonte: Autores.

Não se trata de reduzir os padrões urbanísticos adotados para o restante da cidade. Parte-se do pressuposto de que os padrões urbanísticos, que dão forma à cidade, devem responder às diferentes formas de ocupação. Procura-se assim não impor valores importados de outras realidades. O projeto urbanístico pretende sim transformar a realidade de seus moradores ao qualificar o acesso e o tratamento do espaço público coletivo, entretanto essa transformação não significa repetir a cidade desejada pelo mercado imobiliário ou pela legislação pré-estabelecida. A regularização urbanística deve procurar dotar a área de infraestrutura e equipamentos urbanos e, simultaneamente, incorporar novos padrões urbanísticos, que em muitos casos não se assemelham aos padrões existentes em outras regiões da cidade, pois sua adoção, em muitos casos, simplesmente não possibilitaria a ocupação da área objeto da intervenção.

A ocupação precária, por população de baixa renda, de áreas relegadas pelo mercado, é um ato de ruptura, de contestação, de enfrentamento, de acomodação a condições mínimas de sobrevivência na cidade. A regularização urbanística qualifica e prevê acesso à cidade e pode atingir seus objetivos sem impor padrões preconcebidos. Para reinventar padrões é necessário ouvir, ver e sentir outras realidades. O diálogo se faz necessário.

Diálogo com os moradores

Cabe salientar que a definição de padrões passa pela formação da imagem de cidade que se quer.

Portanto é necessário considerar o desejo do morador que, em muitos casos, contraditoriamente ao que foi defendido até o momento, quer exatamente os padrões da cidade do mercado. Cabe uma construção social do projeto de intervenção, na qual valores e interesses devem ser amplamente debatidos e pactuados. O processo de discussão e construção conjunta das propostas com os moradores da área, assim como a presença de moradores integrados à equipe de projeto tem como objetivo, além da identificação e incorporação dos aspectos que lhes parecerem mais relevantes no planejamento, a capacitação de lideranças para o acompanhamento do projeto e de sua implantação. A participação dos moradores é possível quando a agenda, horário e ritmo das reuniões são pactuados e declarados na primeira reunião. A conveniência de agenda dos técnicos envolvidos não pode se sobrepor àquela dos moradores. É necessário haver uma negociação.

As reuniões demandam técnicas que privilegiem a troca de informações. Uma das técnicas utilizadas em diferentes casos é a “técnica de projeção”, que objetiva a identificação da estrutura de mobilidade e seus elementos estruturais. Com um projetor ou um mapa os moradores assinalam os caminhos que percorrem, indicando as referências, os entraves e explicitando as escolhas feitas diariamente entre um percurso ou outro. No fim da sessão obtêm-se maiores informações referentes à estrutura de mobilidade existente capazes de orientar alternativas de investimentos sobre a estrutura de mobilidade existente. Entretanto essa estrutura de



Figura 17: (topo da página) Maquete do relevo para explicitar o caminho das águas pluviais (figura da esquerda). Reunião noturna de diagnóstico (figura da direita). Fonte: Autores.

Figura 18: Técnica de diagnóstico e proposição utilizada no desenvolvimento de Planos Diretores. (esquerda). Moradores da Rocinha espacializando as questões levantadas pelo grupo (direita). Fonte: Autores.

mobilidade não se limita à área de intervenção. A conexão com o restante da cidade depende fortemente das possibilidades de intervenção local (Figuras 17 e 18).

Inserção urbana: considerando as diferentes escalas

A intervenção em uma favela passa pelo entendimento da estrutura de mobilidade assim como as redes sociais, mas também passa pela compreensão do contexto de localização na cidade. Intervir na cidade requer uma visão de múltiplas escalas. Portanto a matriz para um programa, plano ou projeto de intervenção necessita considerar as relações do lugar e suas articulações. As ações de intervenção resultam no manejo do território em diversas escalas, considerando revelar e apreender outras formas de gestão, inovadores instrumentos de reconversão urbana, mecanismos ambientais ativos, garantias fundiárias confiáveis, paisagem e espaços urbanos socialmente justos.

Para tanto, intervenções em contextos de favela precisam considerar a memória do lugar, a mobilidade existente e a complexidade das relações socioeconômicas que tomam o espaço como suporte. Afinal é bastante diferente abordar a intervenção urbanística em favelas cercadas por bairros habitados por populações de renda alta, servidos de infraestrutura e serviços ou em favelas cujo entorno apresenta condições próximas das encontradas na favela, no que tange à qualidade de urbanização e presença de equipamentos públicos. Do mesmo modo, a intervenção em núcleos urbanos isolados vai requerer a compreensão da dinâmica regional.

Os três perfis apresentados a seguir representam: a) ocupação de núcleos urbanos isolados; b) continuidade de ocupação precária no morro e no plano; c) ocupação precária limitada a áreas de morro. Ilustram os diferentes contextos e consequentemente as diferentes demandas de intervenção (Figura 19).



Figura 19: a) perfil de ocupação de núcleos urbanos isolados; b) perfil de continuidade de ocupação precária no morro e no plano; c) perfil de ocupação precária limitada às áreas de morro.
Fonte: Autores.

Portanto é necessário ampliar o foco dos projetos integrados e reverter suas linhas de força e ambiências para as determinações do desenho em, no mínimo, quatro escalas de abrangência:

a) **Escala da Região:** compreende a divisão dos compartimentos territoriais obedecendo à metodologia dos estudos de análise tipo-morfológica da paisagem. Nessa escala comparecem as articulações viárias e suas intensidades, as relações de conexão (individuais e coletivas), as bordas de pressão (sobre áreas preservadas e ou áreas em intensas dinâmicas de urbanização), os sistemas de suporte vitais, as inter-relações com os contextos geográficos, as tendências de transformação, entre outros. Na escala da região, os projetos devem estabelecer as prerrogativas de inserção e troca, considerando que moradores de determinados lugares já constituíram história e relações sociais, econômicas e culturais, além das construções políticas dos grupos que habitam a cidade por compartimentos;

b) **Escala da Cidade:** define a delimitação das áreas de correlação urbana entre os contextos de habitação,

incluindo bairros, e os compartimentos urbanos definidos por sub-regiões e recortes históricos. Nesses compartimentos estão as referências identitárias e as configurações de conexão entre os moradores das favelas e o grande entorno. Nessa escala, o transporte e os demais caminhos adquirem a relação de linhas de ligação entre contextos internos e contextos mais abrangentes do sistema urbano. Assim como a mobilidade, as redes de infraestrutura e os equipamentos de apoio darão suporte às ondas de deslocamentos por demandas de serviços e atividades cotidianas que visem a um melhor convívio e desenvolvimento sociocultural. Outros fatores de equidade urbana são fundamentais para a compreensão dessa escala no processo de intervenção em tais áreas, como a relação entre densidades e morfologia, a relação entre fluxos e concentrações, a qualidade dos espaços livres, e a condição de atendimento das necessidades básicas da população antes por demais concentrada;

c) **Escala da Vizinhança:** refere-se ao recorte de aproximação da favela e seu entorno imediato. Dessa maneira a determinação do âmbito do projeto é

estabelecida pelas pertinências das escalas anteriores em detalhamento dos pontos e conexões diretamente ligadas ao projeto habitacional e as bordas de transição. Como as franjas entre favelas e bairros lindeiros não obedecem a dimensões homogêneas, a leitura inicial das escalas anteriores contribui para a definição dos recortes e âmbitos de inter-relação. Busca-se a possibilidade de diálogo entre paisagens, mas sobretudo a integração entre tecidos urbanos por vezes de estrutura tão distintas. Essa escala permite identificar centralidades próximas ou referenciais, conexões diretas entre mobilidades, acessos notáveis e significativos, qualificação das infraestruturas, atenuação dos problemas detectados pela construção dos lugares em topografias muito acidentadas, ausência de áreas de vegetação e espaços livres, outros atributos que venham a consolidar a favela para a troca de espaços com a cidade envoltória;

e) Escala da Moradia: representa o recorte dos trechos de intervenção para o detalhamento dos projetos específicos e para direta transformação do lugar ou sua consolidação, considerando as riquezas vistas e discutidas no processo de aprimoramento dos projetos. Nessa escala surgem as leituras da morfologia do lugar, dos elementos estruturadores dos espaços internos e externos das moradias e contextos de quadra, da pertinência entre os vazios e os percursos, das visadas e das intensidades de usos, da ambiência, das luzes e das cores dos recantos habitacionais.

Considerações finais

Para o caso das favelas cariocas, assentadas em encostas, assim como para o caso de Picinguaba, onde o relevo constitui variáveis de recortes e subespaços agregados aos usos e apropriações que ao longo do tempo foram se aglutinando no conjunto de habitações agregadas, a proposta de compreensão de escalas abrange dimensões ainda maiores, considerando paisagens amplas provocadas pela presença do oceano. As amplitudes do mar provocam as relações de busca das vazões dos guetos antes compartimentados como uma contrapartida das variações entre lugar e território vistos de uma só vez. Se a construção de cidades agregadas, como as favelas e ocupações compactadas pelas necessidades econômicas ou meramente culturais, revelam certas riquezas espaciais rebatidas no modo de vida de seus

moradores, compreender, portanto, suas relações de articulação com outras tantas órbitas urbanas e não urbanas deveria constituir procedimentos mínimos para parâmetros de intervenção. É importante discernir qualidade de espaços balizados na revelação de circuitos calmos e integrados, no surgimento de largos que adquirem surpreendente ambiência após percursos estreitos em corredores tensos, das riquezas da diversidade e uso das vielas, da paisagem fragmentada em mosaico de unidade de pedaços habitacionais e, sobretudo, da aceitação dos contextos de favela como peculiares formas de vida. Essas condicionantes são princípios de revelação de projetos que respeitem estruturas tão complexas e coesas, mas que não retirem da pauta a necessidade de aprofundamento das transformações mais contundentes pelas quais certos lugares deverão passar, especialmente quando da pertinência de novas interligações e formas de acessibilidade, das conexões de transporte, das aberturas e canais de escoamento de drenagem, lixo e suporte de saúde, da possibilidade de abertura de novos espaços livres, da possibilidade de reconstrução pelo remanejamento de habitações ou em áreas de risco ou em áreas fundamentais para a implantação de estruturas de suporte. A compreensão das escalas apóia essa fundamentação e explicita ao público, em especial aos que sofrerão diretamente as transformações, as derivações das razões que justificam os novos desenhos.

O presente artigo não pretende esgotar a questão, nem acredita ser revolucionário em sua argumentação. É, isto sim, produto de seu tempo, após muitos profissionais já terem se debruçado sobre o tema, já terem atuado em diferentes contextos, já terem tido a oportunidade de perceber grandes avanços e grandes retrocessos, fruto das alterações espaciais propostas. O texto procura dialogar com diversas experiências, revelando métodos, alertando para os perigos da importação de ideias e de padrões urbanísticos pré-concebidos e colocando questões para que, com a reflexão e debate, possamos deslocar valores.

Referências bibliográficas

ALFONSIN, Betânia de Moraes. A Política Urbana em disputa: desafios para a efetividade de novos instrumentos em uma perspectiva analítica de Direito Urbanístico Comparado (Brasil, Colômbia e Espanha). Tese de Doutorado. IPPUR. Rio de Janeiro. 2008. p. 265.

- CARDOSO, Adauto Lucio (org.). *Habitação social nas metrópoles brasileiras: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX*. Porto Alegre: ANTAC — (Coleção Habitar). 2007. p. 552.
- CARDOSO, A. L.; ARAGÃO T. A.; ARAUJO F. S. *Habitação de Interesse Social: Política ou Mercado? Reflexos sobre a Construção do Espaço Metropolitano*. IN: Anais do XIV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro. 2011.
- FERNANDES, Edésio: *A nova ordem jurídico-urbanística no Brasil*. In: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (Org.). *Direito urbanístico: estudos brasileiros e internacionais*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. p. 268.
- MALDONADO COPELLO, María Mercedes. *¿Es posible anticiparse a la urbanización informal?: Reflexiones a partir de la Operación Urbanística Nuevo Usme, Bogotá, y del Macroproyecto Ciudadela Gonzalo Vallejo Restrepo, Pereira (Colombia)* IN: LARANGEIRA, Adriana. *Regularización de Asentamiento Informales en América Latina*. Cambridge, EUA. CD Lincoln Institute of Land Policy, 2007. p. 324-343.
- MORALES-SCHECHINGER, Carlos. *Algunas Reflexiones sobre el Mercado de Suelo Urbano*. México. Lincoln Institute of Land Policy. 2007. p. 17.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. *Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. 352p.
- SAULE, Nelson Jr. *O tratamento da regularização fundiária na Revisão da Lei do Parcelamento do Solo Urbano – Aspectos jurídicos* In: *A Perspectiva do Direito à Cidade e da Reforma Urbana na Revisão da Lei de Parcelamento do Solo* – Nelson Saule Jr., org.; Fernando Bruno et al. São Paulo. Instituto Pólis, 2008. p. 64-70.
- SILVA, José Afonso da. *Direito urbanístico brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 476.
- SINGER, Paul. *O uso do solo urbano na economia capitalista*, IN: MARICATO, Ermínia (Org.) *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Editora. Alfa-Omega Ltda, 1979. p.21-36.
- SMOLKA, Martim O. *Regularização da Ocupação do Solo Urbano: O problema que é parte da solução, a solução que é parte do problema*. IN: Betânia; FERNANDES, Edésio. *A lei e a ilegalidade na produção do espaço urbano*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. p. 485.